

SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL COMO UM PROBLEMA ESCOLAR

Helena Altmann¹

Resumo: Nos últimos anos, a sexualidade adolescente adquiriu uma dimensão de problema social. Mais do que um problema moral, ela é vista como um problema de saúde pública, e a escola desponta como um local privilegiado de implementação de políticas públicas que promovam a saúde de crianças e adolescentes. Tendo como referência uma pesquisa etnográfica desenvolvida em uma escola municipal do Rio de Janeiro entre agosto de 2002 e julho de 2003, este artigo discute como a sexualidade adolescente tem sido equacionada como um problema social e como isso influencia o modo dessa questão ser trabalhada na escola. Além disso, a forma da escola abordar o tema está delimitada pelas especificidades das ciências biológicas, pois é através das aulas de Ciências que esse assunto se insere concretamente na escola. Após apresentar alguns dados históricos sobre a inserção da educação sexual nas escolas no Brasil, o artigo reflete sobre como, atualmente, a escola interfere na sexualidade adolescente.

Palavras chave: Educação sexual. Adolescência. Escola. Sexualidade.

ABOUT THE TEENAGER'S SEXUALITY AS A SCHOLAR PROBLEM

Abstract: In the last few years, teenager's sexuality has been seen as a social problem. More than a moral problem, it is seen as a public health problem and schools appear to be in a privileged place for the implementation of public policies that promote health for children and teenagers. Based on an ethnographic research done at a municipal school in Rio de Janeiro, Brazil, between August 2002 and July 2003, this papers discusses how adolescent sexuality has been equated as a social problem and how this affects the way this subject is worked at school. Also, the way school treats the subject is delimited by the specificities of the biological sciences, since it is through the classes of sciences that this subject is inserted at school. After presenting some historical data about sexual education in schools in Brazil, the paper reflects about how the school interferes on teenager's sexuality today.

Key-words: Sex education. Teenager. School. Sexuality.

1 INTRODUÇÃO

A sexualidade adolescente tem sido assunto freqüente nos meios de comunicação, como jornais, revistas, televisão. Entre inúmeras questões que poderiam ser tratadas dentro desse tema, dois pontos aparecem como prioridade: gravidez na adolescência e AIDS, com destaque para o necessário uso da camisinha.

Nos últimos anos, a sexualidade adolescente adquiriu uma dimensão de problema social. Mais do que um problema moral, ela é vista como um problema de saúde pública e a

¹ Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Professora do Curso de Educação Física da UNICAMP.

escola desponta como um local privilegiado de implementação de políticas públicas que promovam a saúde de crianças e adolescentes. Como tentarei demonstrar, o que sustenta e orienta a presença desse tema na escola é o fato de a sexualidade ser um importante foco de investimento político e instrumento de tecnologia de governo.

Deste modo, este artigo discute como a questão da sexualidade adolescente tem sido equacionada como um problema social e como isso influencia o modo dessa questão ser trabalhada na escola. Assim, a partir de dados e debates veiculados na mídia sobre gravidez, procuro mostrar o modo como a sexualidade adolescente tem sido problematizada no Brasil. Esta questão é importante, pois exerce grande influência sobre as políticas públicas voltadas para a juventude, e também interfere em como a sexualidade é abordada no âmbito escolar. São justamente essas preocupações sociais em torno da gravidez e da AIDS que justificam e orientam a inserção de temas ligados à sexualidade em propostas curriculares, livros didáticos, sala de aula, entre outros. Ainda que não seja a primeira vez que essa questão emerge na escola, conforme demonstro na segunda seção desse artigo, há de se identificar as atuais especificidades na inserção do tema sexualidade na escola².

Um esclarecimento importante diz respeito à utilização aqui do termo “educação sexual” ao invés de “orientação sexual”. Enquanto em países de língua inglesa e francesa o primeiro termo é mais comum, no Brasil, na Educação, ele tem sido substituído nos últimos anos por “orientação sexual”, o qual é utilizado pelos PCNs e pela SME do Rio de Janeiro. No campo da Educação, essa escolha parece estar ligada ao termo “orientação educacional”, uma vez que, historicamente, os orientadores educacionais dividiram com os professores de Ciências a responsabilidade por trabalhar esse tema na escola (BONATO, 1996). No entanto, sua utilização acarreta problemas de interpretação, pois no campo de estudos da sexualidade e nos movimentos sociais, assim como, de um modo geral, na bibliografia internacional, “orientação sexual” é o termo sob o qual se designa a opção sexual, evitando-se, assim, falar

² Além de textos de jornais, este artigo está baseado em uma pesquisa etnográfica desenvolvida entre agosto de 2002 e julho de 2003 em uma escola municipal de ensino fundamental do Rio de Janeiro. Esta pesquisa contou com financiamento do CNPq e, posteriormente, da FAPERJ. O projeto de pesquisa de doutorado intitulado “Pedagogia da sexualidade e do gênero: a construção social da orientação sexual em uma escola com um Núcleo de Adolescentes Multiplicadores” foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Medicina Social (IMS) da UERJ e aprovado em reunião realizada em 18.09.02. Durante um ano foram feitas observações de aulas de turmas de 7ª série do ensino fundamental, de reuniões do Núcleo de Adolescentes Multiplicadores (NAM), reuniões de professores/as e outros eventos promovidos pela escola. Foram assistidas aulas de Português, Matemática, Geografia, História, Educação Física, Artes Plásticas, Inglês e, principalmente, Ciências – principal espaço em que se falava sobre sexualidade. Foram entrevistados estudantes, professores/as de diferentes disciplinas, membros da direção e professoras de Ciências de outras escolas. Foram realizadas 23 entrevistas, das quais 13 com 30 alunas e alunos divididos em pequenos grupos. As entrevistas com as/os professores de várias disciplinas foram feitas individualmente. Além disso, foram feitas entrevistas com cinco professores de outras instituições que trabalhavam com temas ligados à sexualidade em suas escolas. Todas elas

em identidade. Até mesmo na escola pesquisada, durante a realização de entrevistas, ocorreram confusões com a utilização dessa expressão. Considerando que em nenhum momento as/os professoras/es pesquisadas/os souberam demarcar diferenças entre essas expressões, e a fim de evitar mal-entendidos, adoto aqui a expressão educação sexual.

2 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA COMO PROBLEMA DEMOGRÁFICO

A divulgação dos dados do último censo demográfico realizado no país trouxe dados estatísticos que sustentam e fundamentam preocupações já existentes sobre o crescimento de casos de gravidez entre adolescentes.

Divulgados pelo Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE), dados do Censo 2000 mostram um crescimento de 1,13% na taxa de fecundidade entre mulheres na faixa etária de 15 a 19 anos, de 1980 a 2000. No entanto, a visibilidade social desse fenômeno é decorrente, menos de números absolutos, e mais da diferença existente entre essa taxa e a taxa de fecundidade total – que engloba mulheres de 15 a 49 anos. A taxa de fecundidade da mulher brasileira caiu 2,1%, enquanto entre jovens de 15 a 19 anos, aumentou 1,13% neste mesmo período (IBGE, 2002a e 2002b).

Porém, os dados sobre o aumento da gravidez na adolescência precisam ser problematizados, situando as condições sociais e históricas de sua emergência. Maria Luiza Heilborn *et al.* (2002) destacam que o fenômeno da gravidez na adolescência torna-se consideravelmente mais visível devido à redefinição de três elementos. O primeiro seria a redução da fecundidade no Brasil – entre 1960 e 2000 ela caiu de 6,3 para 2,3 filhos por mulher (IBGE, 2002b). Um segundo elemento destacado pelos autores é o aumento, ao longo das duas últimas décadas, da proporção de gravidez na juventude que ocorre *fora de uma união*. A “ilegitimidade” dessa gravidez contribui para transformá-la em problema social. Um terceiro elemento é o aparecimento de novas expectativas sociais em relação à juventude. “A gravidez na adolescência desponta como um desperdício de oportunidades, como uma subordinação – precoce – a um papel do qual, durante tantos anos as mulheres, tentaram se desvencilhar” (HEILBORN *et al.* 2002, p. 4).

Por ocasião da divulgação do Censo 2000, números mostrando o crescimento da gravidez na adolescência foram amplamente divulgados na mídia. Cabe notar que, nos dados publicados nos jornais, o crescimento da taxa de fecundidade entre adolescentes foi

arredondado para cima, ou seja, publicado como sendo de 1,2%, ao invés de 1,13% (GOIS, 2002a, MENA, 2002). Sem problematizar os dados divulgados, a maternidade adolescente foi reiteradamente abordada como um problema social – frequentemente adjetivada como precoce ou indesejada –, para o qual urge a implementação de políticas públicas, principalmente em termos de instrução preventiva e acesso a métodos contraceptivos.

Alguns dias após a divulgação do Censo, em uma matéria de um jornal de grande circulação, a maternidade das adolescentes era nomeada como “uma das maiores calamidades brasileiras” (DIMENSTEIN, 2002, p. C6). Continuando, o autor afirmou que este massacre revela o fracasso dos responsáveis pelas políticas de saúde, de educação e de assistência social. Em outra matéria, um médico traça alguns dos problemas sociais decorrentes da explosão demográfica ocorrida nos últimos 30 anos, que foi maior em camadas de baixa renda e que hoje atinge adolescentes pobres. Afirma: “O planejamento familiar deve ser considerado prioridade absoluta em saúde pública. Os recursos necessários para levá-los às populações mais carentes do país são insignificantes quando comparados ao custo social da explosão de gestações não planejadas dos dias atuais” (VARELLA, 2002, p. E12).

Estas questões demonstram o investimento na sexualidade como forma de controle social. Por dizer respeito à saúde coletiva, ao controle de natalidade, ao crescimento populacional, à vitalidade das descendências e da espécie, a conduta sexual da população torna-se, na nossa sociedade, objeto de análise e de diferentes intervenções governamentais. Sua administração faz dela um importante “princípio regulador” da população, dando margem a medidas maciças, a estimativas estatísticas, a intervenções que visam a todo corpo social ou a grupos tomados globalmente. É nesse sentido que a rede escolar passa a ser pensada como um dispositivo político privilegiado de intervenção, buscando expandir o impacto sobre a população através do controle da sexualidade de crianças e, principalmente, adolescentes.

3 BREVE PANORAMA HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA

Esta não é a primeira vez que a escola se preocupa com este tema. A sexualidade das crianças e particularmente dos adolescentes é preocupação escolar desde o século XVIII, quando esta questão torna-se um problema público. Desde então, a instituição pedagógica não impôs um silêncio geral ao sexo das crianças e dos adolescentes. Pelo contrário, concentrou as formas de discurso neste tema; estabeleceu pontos de implantação diferentes, codificou os conteúdos e qualificou os locutores. Tudo isto permitiu vincular a intensificação dos poderes à multiplicação do discurso (FOUCAULT, 1997).

No Brasil, a inserção da educação sexual na escola operou-se a partir de um deslocamento no campo discursivo sobre a sexualidade de crianças e adolescentes. Nos anos 1920 e 1930, os problemas de “desvios sexuais” deixam de ser percebidos como crime para serem concebidos como doenças. A escola passa a ser tida como um espaço de intervenção preventiva da medicina higiênica, devendo cuidar da sexualidade de crianças e adolescentes a fim de produzir comportamentos normais (VIDAL, 1998).

Nos anos 1930, a discussão sobre educação sexual eclodiu na escola num momento em que a sífilis fazia numerosas vítimas (VIDAL, 1998). Nas décadas de 1960, 1970 e 1980, a penetração da educação sexual formal na escola enfrentou fluxos e refluxos. Para Flúvia Rosenberg (1985), um dos grandes problemas para a implementação de educação sexual nas escolas era o fato de este ser considerado um assunto privado, de responsabilidade das famílias. A este, podemos adicionar interferências religiosas no campo educacional, com um discurso contrário à utilização de métodos anticoncepcionais. Atualmente estas expectativas se modificaram.

Hoje em dia, de um modo geral, as famílias parecem não se opor ao fato da escola tratar dessa questão, muito pelo contrário. Como observou uma professora de Ciências durante uma entrevista, hoje os jovens têm os pais bastante distantes, sejam eles de classe baixa, média ou alta. Tendo se modificado, a família deixou de cumprir um papel de formação, o qual passa a ser atribuído à escola. Segundo ela, no passado, a escola informava mais, enquanto hoje ela tem que cumprir um papel muito maior, pois além de informar precisa formar, educar. Percebe-se que, nesse processo, a sexualidade é mais um tema, entre outros, cuja responsabilidade pela informação e formação é atribuída à escola – que agora tem mais uma entre tantas responsabilidades.

A responsabilização da escola por essas questões é um fenômeno relativamente recente no Brasil. Até a década de 1990, não havia um consenso em torno dessa questão, sendo as experiências isoladas e não resultantes de diretrizes educacionais mais amplas. A publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em 1996, é um marco importante na consolidação da educação sexual como um problema escolar – o que não significa necessariamente que uma educação sexual seja, de fato, desenvolvida em todas as escolas brasileiras. No entanto, essa pesquisa constatou que, apesar de não terem sido os PCNs que inseriram este tema na escola, em alguns casos, eles passaram a legitimar trabalhos que já vinham sendo desenvolvidos e sua proposta, apesar de não ter sido implementada, passou a ser vista como um ideal, como aquilo que “deveria ser feito”.

Uma professora contou: meus colegas professores “não aceitavam muito o que eu fazia. Então eu recebi assim alguns adjetivos, nessa escola: professora pornô, professora de sacanagem.”³ Segundo ela, foi somente após ter recebido um prêmio da UNESCO pelo seu trabalho e após o aparecimento do tema transversal “orientação sexual” nos PCNs que seus colegas passaram a reconhecer a importância de seu trabalho.

Os PCNs⁴ apresentam a educação sexual como um tema transversal, nomeado de “orientação sexual”, a ser trabalhado nas escolas brasileiras. De acordo com essa proposta, os temas transversais tematizam problemas fundamentais e urgentes da vida social, sendo o tema “orientação sexual” justificado pelo crescimento de casos de gravidez indesejada entre adolescentes e do risco da contaminação pelo HIV. Este quadro evoca intervenções em escala populacional, bem como individual. Nota-se, deste modo, que a busca da inserção deste tema na escola está associada, por um lado, a uma preocupação com uma dimensão epidêmica – como fora no passado em relação à sífilis – e, por outro, a uma mudança nos padrões de comportamento sexual, associada ao aparecimento da figura da gravidez “precoce”, “indesejada” ou “não-planejada” – formas como a gravidez na adolescência tem sido recorrentemente nomeada. Eis como podemos enunciar o paradoxo diante do qual a escola é socialmente convocada a comparecer e intervir: por um lado, uma tendência a uma iniciação sexual cada vez mais precoce, por outro, uma expectativa de gravidez mais tardia.

4 PROBLEMATIZANDO A EDUCAÇÃO SEXUAL ESCOLAR

A mobilização em torno da gravidez na adolescência desemboca em diversas formas de institucionalização do problema. Acesso à informação é uma das formas apontadas para o exercício do controle de natalidade, sendo justamente aí que a escola é chamada a contribuir⁵. De que modo, portanto, a escola tem enfrentado essa questão?

³ Professora de Ciências e coordenadora de Núcleo de Adolescentes Multiplicadores.

⁴ Para uma análise mais específica sobre os PCN, vide Altmann (2001).

⁵ Cabe pontuar que o acesso à informação não é garantia da adoção de uma prática preventiva. Como tem demonstrado diversos estudos, não há linearidade entre essas instâncias, sendo complexas a negociação e as dificuldades envolvidas no uso da camisinha, principalmente entre adolescentes (AFONSO, 1997, CABRAL, 2002, COSTA, 2001). Essa questão não será aqui aprofundada, pois a maior parte dos adolescentes entrevistados nesta pesquisa ainda não tinha vida sexual ativa – ou ao menos assim o sinalizaram –, o que me impossibilita fazer inferências sobre se e como eles usavam esse preservativo. Sem exceção, todos diziam que iriam utilizá-lo. No entanto, Manfred, que revelou estar procurando alguém com quem ter sua primeira relação sexual, disse que os homens não se preocupam muito com gravidez: “Na hora a gente não pensa em nada, só pensa em transar, transar, transar”. Como afirma Cabral (2002, p. 82), há uma “cultura de gênero que impele/incita o homem ao não controle sobre seus impulsos sexuais e deixa nas mãos das mulheres uma certa responsabilização sobre as questões contraceptivas”.

Os PCNs propõem que a educação sexual seja trabalhada como um tema transversal. Isto exigiria um trabalho integrado de diversos professores, em que o tema fosse abordado transversalmente em todos os ciclos de escolarização, e não como conteúdo de uma única disciplina em um único período escolar. Ocorre, no entanto, que esta proposta, na prática, tem se demonstrado de difícil implementação, quiçá impossível. Os professores entrevistados relatam que suas escolas e eles mesmos receberam este documento, no entanto, como afirmou um professor de geografia, “os PCNs devem ser um sucesso de prateleira”. Segundo este e outros docentes, as dificuldades de implementação desta proposta transversal são diversas: ausência de formação específica, falta de condições para realização de trabalhos interdisciplinares, desencontros entre professores que precisam trabalhar em diversos locais, falta de estrutura e de material, desinteresse, medo de falar sobre o assunto, entre outros.

No entanto, isso não significa que a escola não esteja trabalhando com esse tema. Conforme relatado pelas professoras entrevistadas, ao invés de transversalmente, a educação sexual tem sido trabalhada disciplinarmente dentro das escolas, em palestras proferidas por especialistas externos à escola ou, em alguns casos, nuclearmente, no NAM. Há escolas que recebem visitas de especialistas, como médicos, psicólogos, sexólogos, que realizam palestras ou oficinas com os estudantes.

O NAM é atualmente, na prefeitura, o principal projeto de desenvolvimento de um trabalho escolar de educação sexual. No entanto, ele atinge um número bastante restrito de estudantes, pois, em 2002, das 1036 escolas municipais do Rio de Janeiro, apenas 63 contavam com um Núcleo. Além disso, nem todos os estudantes dessas escolas participam das atividades desenvolvidas. Fora de seu horário de aula, alunas/os reúnem-se sob a coordenação de uma professora ou professor para tratar assuntos ligados à adolescência, sexualidade, drogas, entre outros. A proposta é de que essas/es adolescentes multipliquem as informações recebidas dentro de suas escolas e na comunidade. Esse projeto está ligado ao Núcleo de Educação Ambiental e Saúde da Secretaria Municipal de Educação (SME).

Essas formas de trabalho, porém, são esporádicas e inconstantes. O principal espaço onde o tema da sexualidade tem sido trabalhado nas escolas são as aulas de Ciências ou de Biologia. Não por acaso, em todas as escolas visitadas, ao apresentar o tema de minha pesquisa, as diretoras colocavam-me em contato com professores/as de Ciências. Isso também tem sido mostrado por outras pesquisas (CASTRO *et al.*, 2004; ROSISTOLATO, 2003; MEYER, 1998; entre outras). Os livros didáticos de Ciências – se não todos, grande parte deles – têm como conteúdo específico da 7ª série do ensino fundamental temas ligados à sexualidade. Inserida em um livro de Ciências, a forma de abordar o tema está delimitada

pelas especificidades dessa área, em outras palavras, a sexualidade é tratada sob uma perspectiva das ciências biológicas. Para dar um breve exemplo, cito o título do capítulo de um livro e seus subtítulos: “Reprodução e manutenção da espécie”; “Origem das células reprodutoras”; e “O sistema reprodutor humano”. Como leitura, o livro oferece textos sobre: “O nascimento de gêmeos”; “O controle da natalidade”; e “Algumas doenças transmitidas por contato sexual”. (CÉSAR *et al.*, 1997). Ligado a esta temática, não raro, alguns livros também incluem algum item sobre adolescência, puberdade e transformações no corpo.

Assim, os/as professores/as de Ciências acabam sendo os principais responsáveis pelo desenvolvimento de um trabalho de educação sexual nas escolas – apesar de não serem necessariamente os/as únicos/as. Isto também não quer dizer que esses/as professores/as trabalhem exclusivamente sob uma perspectiva biológica. Ocorre, porém, que o tema da sexualidade aparece de forma concreta na escola inserido no campo biológico e isso imprime, de uma forma ou de outra, marcas no trabalho ali desenvolvido.

Não são poucas as pesquisas que criticam a escola por adotar uma perspectiva biológica de educação sexual (CASTRO *et al.* 2004; LACERDA, 2004; FURLANI, 2003; OLIVEIRA, 1998; entre outros). Em alguns casos, chega-se a reivindicar “uma ação que aborde educativamente as questões afetas à sexualidade de forma a abranger *todos* os aspectos envolvidos”⁶ (OLIVEIRA, 1998, p. 103). No entanto, no meu entender, essa pretensão à totalidade é impossível, pois qualquer forma de abordagem do tema será sempre parcial e perspectiva.

Crítica semelhante também foi explicitada nos PCNs:

Praticamente todas as escolas trabalham o aparelho reprodutivo em Ciências Naturais. Geralmente o fazem por meio da discussão sobre a reprodução humana, com informações ou noções relativas à anatomia e fisiologia do corpo humano. Essa abordagem normalmente não abarca as ansiedades e curiosidades das crianças, nem o interesse dos adolescentes, pois enfoca apenas o corpo biológico e não inclui a dimensão da sexualidade. (BRASIL, 1998, p. 292)

De modo a superar essa abordagem considerada restrita, os PCNs propõem que a educação sexual seja trabalhada como tema transversal, em que cada disciplina escolar abordaria a sexualidade a partir da perspectiva de seu campo de saber. Isso, supostamente, contemplaria “uma visão ampla e não reducionista das questões que envolvem a sexualidade”, em que fossem consideradas “as dimensões biológica, psíquica e sociocultural da sexualidade” (BRASIL, 1998, p. 316). A escola como um todo, e não o professor de Ciências em particular, é responsabilizada por transmitir uma visão não reducionista da sexualidade.

Supõe-se que falar sobre sexualidade em todas as disciplinas, a partir das suas especificidades, garantiria uma abordagem ampla da mesma. No entanto, conforme já mencionado, essa proposta enfrenta dificuldades de concretização e permanece sendo vista como um ideal, como aquilo que os/as professores/as acreditam que deveria ser feito. Na prática, a educação sexual permanece vinculada à disciplina de Ciências e ao conteúdo reprodução. Isso foi observado com mais detalhes na escola em que a pesquisa foi desenvolvida, mas também emergiu nas entrevistas realizadas com professoras de outras escolas.

Outros argumentos recorrentes são de que apenas informação não é suficiente para que haja mudanças de comportamentos (FURLANI, 2003; MONTEIRO, 2002; OLIVEIRA, 1998). Destaca-se ainda que, ao invés de trabalhos esporádicos, as ações educativas devem ser contínuas (BRASIL, 1998, p. 293; CASTRO *et al.*, 2004; FURLANI, 2003). A ausência do reconhecimento da diversidade de representações e práticas dos grupos sociais e do enfoque no contexto socioeconômico é outra limitação atribuída às práticas preventivas apoiadas em pressupostos dos modelos cognitivos de mudança de comportamento. Segundo Simone Monteiro (2002, p. 15), as políticas de prevenção ao HIV/AIDS dominantes nos anos que se seguiram à descoberta da AIDS foram orientadas pela ênfase na transmissão de informações, na responsabilidade individual e no enfoque epidemiológico do risco.

No entanto, ainda que de acordo com alguns desses argumentos, ao invés de criticar a intervenção escolar ou propor alguma solução, gostaria aqui de problematizar essa questão de uma outra maneira. Por que o tema da sexualidade exige uma abordagem tão diferenciada? Por que essa demanda de que o ensino sobre reprodução ultrapasse a biologia enquanto o mesmo não é demandado do sistema respiratório, circulatório ou digestório? Por que questões ligadas ao sexo precisam ser ensinadas de modo distinto de questões ligadas à alimentação ou à respiração, por exemplo? Por que uma proposta curricular nacional como os PCNs cria um tema transversal específico sobre esse assunto intitulado “Orientação Sexual”?⁷ Considerando a existência de um outro, chamado Saúde, cabe ainda questionar por que a “Orientação Sexual” não está incluída no tema Saúde, merecendo, ao contrário, um tratamento específico e privilegiado?

Há algo que perpassa todas essas críticas e problematizações em relação à atuação escolar: a busca de uma intervenção mais eficiente. Há uma forte demanda de resultados, em outras palavras, uma busca constante para mudar ou adequar os dispositivos que estruturam os comportamentos. Busca-se o aprimoramento das técnicas de prevenção, considerada a melhor

⁶ Grifos meus.

⁷ Os outros temas transversais são: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo.

estratégia frente a diversas doenças. A prevenção de DSTs e da AIDS, bem como de uma gravidez, depende, em grande parte, da mudança de comportamentos sexuais. É essa busca que justifica a implementação de políticas preventivas na escola, como a educação sexual e o Núcleo de Adolescentes Multiplicadores. Através de técnicas de poder diversas, fundamentadas em determinados campos de saber, busca-se levar os/as adolescentes a “incorporarem a mentalidade preventiva e a praticarem sempre” (BRASIL, 1998, p. 328).

É nesse sentido que o trabalho de educação sexual desenvolvido na escola também é fortemente influenciado pela forma como a sexualidade adolescente tem sido problematizada, conforme demonstrado ao longo deste artigo. Essa observação, analisada em maiores detalhes na escola pesquisada, também pode ser observada em outras a partir das entrevistas desenvolvidas com docentes de outras instituições. Gravidez na adolescência, disseminação da AIDS entre jovens, doenças sexualmente transmissíveis são assuntos importantes e recorrentes quando se fala sobre sexualidade, estando inclusive presentes nos livros didáticos e em outros materiais de divulgação, como vídeos e folders impressos – produzidos e distribuídos pelo Ministério da Saúde, Secretarias de Saúde e ONGs.

O trabalho desenvolvido na escola parece estar pautado pela preocupação de que o adolescente conheça seu corpo e seu desenvolvimento e viva o início de sua vida sexual afastando-se da gravidez indesejada, dos perigos trazidos pela AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis. Evidencia-se, portanto, uma clara intenção de, a partir da informação, administrar a vida sexual dos adolescentes. Poderia aqui citar Foucault (1997, p. 27):

Cumprir falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se.

Até que ponto a escola consegue atingir seus objetivos é uma outra questão, pois, como disse uma professora, interpelada pela instituição quanto à ocorrência de alunas grávidas, “meu trabalho não é de anticoncepção, é de esclarecimento”. Fico por aqui, a meio caminho, assim como a escola, sem poder abarcar completamente todos os efeitos que a educação sexual tem suscitado.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Maria Lúcia M. *A polêmica sobre adolescência e sexualidade*. Belo Horizonte: UFMG, 1997. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais.

ALTMANN, Helena. Orientação sexual em uma escola: recortes de corpo e de gênero. *Cadernos Pagu*. Campinas, SP, v. 21, p. 281-315, 2003.

_____. Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. *Revista de Estudos Feministas*. v. 9, n. 2, p. 575-585. Nov. 2001.

BONATO, N. M. da C. *Educação [sexual] e sexualidade: o velado e o aparente*. Rio de Janeiro: UERJ, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. UERJ. Disponível em: <http://www.geocities.com/Athens/Ithaca/9565/tese/indicee.html> Acesso em: 15.03.02

CABRAL, Cristiane da Silva. *Novos pais, jovens pais: vicissitudes da paternidade entre jovens de uma comunidade favelada do município do Rio de Janeiro*. 2002. (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CASTRO, M. G., ABRAMOVAY, M. e SILVA, L. B. da. *Juventude e sexualidade*. Brasília: UNESCO, Mec, Coordenação Nacional de SDT/AIDS, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Instituto Airton Senna, 2004.

CÉSAR, SEZAR e BEDAQUE. *Ciências – entendendo a natureza*. O homem no ambiente. Livro do professor. São Paulo: Saraiva, 1997.

COSTA, T. *Histórias que merecem ser ouvidas e contadas: uma abordagem da gravidez em adolescentes de 10 a 14 anos*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

DIMENSTEIN, Gilberto. Criança é mãe. *Folha de São Paulo*, 12 maio 2002. Caderno Cotidiano, p. C 6.

GOIS, Antônio. País tem mais mães adolescentes. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 maio 2002. CENSO 2000, Especial, p. A 5.

FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade I*. A vontade de saber. 12 ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

FURLANI, Jimena. Educação Sexual: possibilidades didáticas. In: LOURO, G. L., NECKEL, J. F., GOELLNER, S. V. (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade*. Um debate contemporâneo na educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p. 66-81. ISBN 85-326.2914-8.

HEILBORN, Maria Luíza et al. Aproximações sócio-antropológicas sobre a gravidez na adolescência. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 8, n.17, p. 13-44, jun. 2002.

IBGE, Censo Demográfico 1980-2000. *Tabela 2 - Taxas específicas de fecundidade, segundo as Grandes Regiões e grupos de idade das mulheres - 1980/2000*, 2002a. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 02.09.02.

IBGE, Censo Demográfico 1940-2000. *Tabela 1 - Taxas de fecundidade total, segundo as Grandes Regiões - 1940/2000*, 2002b. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 02.09.02.

LACERDA, Marisa A. Adolescentes falando “daquilo”: um estudo qualitativo das fontes de informação sobre sexualidade e saúde reprodutiva em duas escolas municipais de Betim, MG.

In: *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP. Caxambu, MG, 2004. Disponível em: www.abep.org.br. Acesso em: 10.09.04.

MENA, Fernanda. Mães repetentes. *Folha de São Paulo*, 22 abr., 2002. Folhateen, p. 6-8.

MEYER, Dagmar. (Org.). *Saúde e sexualidade na escola*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

MONTEIRO, Simone. *Qual prevenção? AIDS, sexualidade e gênero em uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2002. 148 p.

OLIVEIRA, Dora L. de, Sexo e saúde na escola: isto não é coisa de médico? In: MEYER, D. (Org.). *Saúde e sexualidade na escola*. Porto Alegre: Mediação, 1998. p. 97-110.

ROSEMBERG, Fúlvia. A educação sexual na escola. *Cadernos de Pesquisa*. N. 53, p. 11-19, mai. 1985.

ROSISTOLATO, R. *Sexualidade e escola: uma análise de implantação de políticas públicas de orientação sexual*. 2003. 193 f. (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro.

VARELLA, D. O silêncio diante da explosão demográfica. In: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 dez. 2002. Ilustrada, Caderno E, p. 12.

VIDAL, Diana G. Sexualidade e docência feminina no ensino primário do Rio de Janeiro (1930-1940). In: BRUSCHINI, Cristina e HOLLANDA, Heloísa B. (Org.) *Horizontes Plurais - Novos estudos de gênero no Brasil*. São Paulo: Ed. 34, 1998. p. 281-313.

Helena Altmann
E-mail: altmann@fef.unicamp.br

Recebido: 26/05/2004
Aprovado: 07/06/2005